



**AMARAL &  
AMARAL  
ADVOGADOS**

EXMº. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO – PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFPB –  
JOÃO PESSOA/PB

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2014 –  
LOTE: 03 – SUB LOTES 01-02-03**

**G A P CONSTRUÇÕES LTDA – ME**, pessoa  
jurídica de direito privado, com sede na Granja Esperança - s/n –  
Chã de Pinheiro, do município de Paudalho/PE – CEP: 55.825-  
000, **CNPJ(MF) de n. 18.033.528/0001-22**, vem,  
**tempestivamente**, por seus representantes legais, (Doc. 01) com  
espeque no artigo 109, I, 3.º da Lei de Licitações, apresentar

**RESPOSTA**

ao recurso administrativo, aviado por **RN CONSTRUÇÕES LTDA.**, para dizer que:

A recorrente logrou a **2.<sup>a</sup> classificação** no certame em comento, inconformada com o resultado interpôs o presente recurso que ora segue contra minutado e onde se rebate as alegações que lhe são lançadas de forma leviana e no claro intuito de induzir essa respeitável Comissão Permanente de Licitação a erro, como demonstraremos a seguir.

## **1. DO MÉRITO**

Em sede meritória o recorrente, sustenta em **confuso arrazoado** que:

1.1 - Quanto à suposta falta de motivação descrita no 1º ponto da peça recursal.

Tal **afirmação é singela** e vem despida de fundamentação, pois que seria indispensável que o recorrente procedesse a uma demonstração mais acurada do que afirma, mais ainda quando aqui se demonstrou que a **PROPOSTA DE PREÇO** apresentada pela recorrida, **descreve itens que estimam o serviço**, sendo passíveis de correção e manejo, à luz das cláusulas editalícias que deveras já destacamos, não se



podendo falar que o recorrente haja sido tratado de forma diferente dos demais. Ao revés, **cumpriu** na íntegra, a norma de regência do certame: o edital.

Em sua **singela peça recursal**, o peticionante nem sequer aponta os supostos vícios, o que só levar crer a má-fé e o cristalino intuito de tumultuar o certame ao tentar induzir a erro esta CPL.

Logo, **não há o que se prover quanto ao mérito** do recurso administrativo, a que se responde, o que se argumenta apenas por extremo zelo e cautela processual.

**Acaso conhecido, de ser improvido esse recurso.**

1.2 Quanto a suposta divergência de preços no 2º ponto.

Em uma simples análise no que se refere aos produtos apontados pela recorrente com divergentes **em seu preço**, basta que se verifique tratar-se de produtos distintos tanto no seu código SINAPI como na descrição do próprio produto, ademais mesmo que tivessem valores divergentes como quer fazer crer o recorrente, no claro intuito de induzir a erro esta Comissão Permanente de Licitação, tal situação restaria solvida, aplicando-se o contido no item 11.9 do edital prevalecendo o



**AMARAL &  
AMARAL  
ADVOGADOS**

preço da composição onde aponta a interpretação que a **CPL deve considerar**. Apontada a solução para o deslinde, apenas por extremo zelo ao debate.

### 1.3 Quanto a suposta divergência de preços no 3º ponto.

Novamente a recorrida aponta supostos erros, dessa vez em placas de extintores com códigos SINAPI diferentes, na nítida intenção de tumultuar o certame.

Senão vejamos:

Sub lote 03, item 9.02 – código SINAPI 73916/003

Sub lote 02, item 9.02 – código SINAPI 73916/001

Se não basta a diferença dos códigos SINAPI, as próprias dimensões das placas são diferentes, como consta nas composições da recorrida, o que por si só já justificaria a diferença no preço.

**Leviana tal alegação ofertada.**

### 1.4 Quanto ao suposto valor apresentado em branco





**AMARAL &  
AMARAL  
ADVOGADOS**

No que concerne a este ponto, resta evidente a forma com a qual a recorrente “atira para todos os lados sua sorte”. E neste item de forma a zombar de um certame licitatório sério, coerente, e obedecido todo procedimento legal, disposto na Lei nº 8666/93. Chega-se a ridicularizar o item apontado, colocando-o em dúvida se esse poderia ser uma “bacia em ouro 18 (dezoito) quilates”. Bem se sabe não ser esse o produto que está previsto no edital, aliás, se bem tivesse lido o edital, teria evitado vários argumentos absurdos aqui já combatidos.

O item 10.21 do edital dispõe como se dará a solução para o presente caso:

Em nenhuma hipótese, **a proposta apresentada poderá ser alterada** com relação aos preços unitários e percentuais oferecidos, pagamento, prazo ou qualquer outra condição que importe em modificação dos seus termos originais, ressalvadas **apenas aquelas absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, na avaliação da Comissão de Licitação.** (Grifei)

De se esclarecer apenas por cautela que, a descrição do referido produto constou na composição de preço apresentada pela recorrida como também o referido produto soma-se ao valor dos demais produtos, como se pode inferir da análise da planilha de preços.



**AMARAL &  
AMARAL  
ADVOGADOS**

1.5 Quanto ao suposto preço exorbitante e trocado no 2º ponto.

De acordo com os esclarecimentos já prestados pela Comissão Permanente de Licitação e que estão disponíveis no site <http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/>, no tocante a esse ponto os preços informados no edital são apenas uma referência, cada licitante deve utilizar seu preço, obedecendo ao item 11.10 do edital e tal valor mencionado como exorbitante não ultrapassa em 15% (quinze por cento) o valor do sub total do lote, senão bastasse o preço apresentado na proposta foi extraído do lote 04, sub lote 01, item 9.13 restando claro a conduta coerente da recorrida que participou deste mesmo certame.

Portanto, **improcede** tal argumento.

Por fim, o recorrente apresenta argumento de que os preços estariam “trocados” no tocante as mercadorias previstas no item 18.05 do lote 03 sub lote 03 e item 24.02 do lote 03 sub lote 02, novamente com a finalidade de induzir a erro a **CPL**, haja vista que se trata de serviços, códigos e materiais totalmente diferentes, bastando uma simples análise dos materiais/composição e seus códigos para que se justifique a divergência que de má-fé aponta o recorrente.



**AMARAL &  
AMARAL  
ADVOGADOS**

Outra sorte não merece o seu pleito senão sua  
**rejeição.**

#### **DO REQUERIMENTO**

Em face do exposto, se requer:

- **Mantenha-se a decisão recorrida, na íntegra,** tal como lançada, eis que descabido qualquer reparo, tal como argumentamos, tudo em homenagem aos princípios da razoabilidade administrativa, e da indisponibilidade do interesse público, haja vista o preço ofertado pelo recorrido.

Por oportuno, requer a **juntada desta aos autos**, para fins de direito.

Estes são os termos em que

Pede e espera deferimento

**Recife, 05 de Janeiro de 2015**

*Elenilson José da Silva*

ELENILSON JOSÉ DA SILVA

GPF nº053.434.584-08

*Abner David do Amaral Canario*

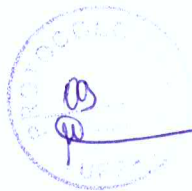
Abner David do Amaral Canario

OAB/PE n.º 32851

**Acostando 01 documento (Procuração)**







AMARAL &  
AMARAL  
ADVOGADOS

## INSTRUMENTO DE MANDATO

**OUTORGANTE:** GAP CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 18.033.528/0001-22, com endereço na Rua Granja Esperança, nº 77, Chã de Pinheiro, Paudalho/PE

**OUTORGADO:** MARIA JOSÉ DO AMARAL, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE 17285 e ABNER DAVID DO AMARAL CANARIO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob n. 32.851, ambos com endereço profissional na Av. Bernardo Vieira de Melo, 4243 - Sala 21 - Empresarial Miguel Melo Center – Piedade- Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54420-010 - E-mail: ammaral@adv.oabsp.org.br

**PODERES:** O Outorgante confere aos Outorgados os poderes da cláusula “*ad judicium*” e “*extra judicium*” e os especiais para representar o Outorgante perante o foro de qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Justiça Comum, Repartições Públicas e Privadas, podendo propor contra quem de direito as necessárias ações e defendê-lo nas ações que contra este forem propostas, seguindo umas e outras até a final decisão, usando todos os recursos legais e acompanhando-os até o final, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, firmar compromissos e/ou acordos, receber notificações, intimações, acordar, transigir, desistir, propor execução, desistir do direito sobre o qual se funda a ação, e substabelecer em todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes.

Jaboatão dos Guararapes, 28 de Abril de 2014

Ana Paula Rodrigues da Cunha  
GAP CONSTRUÇÕES LTDA  
CNPJ 18.033.528/0001-22